

# ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: Definição, impactos, metodologia

Valdemir Pires



MCAFOP24

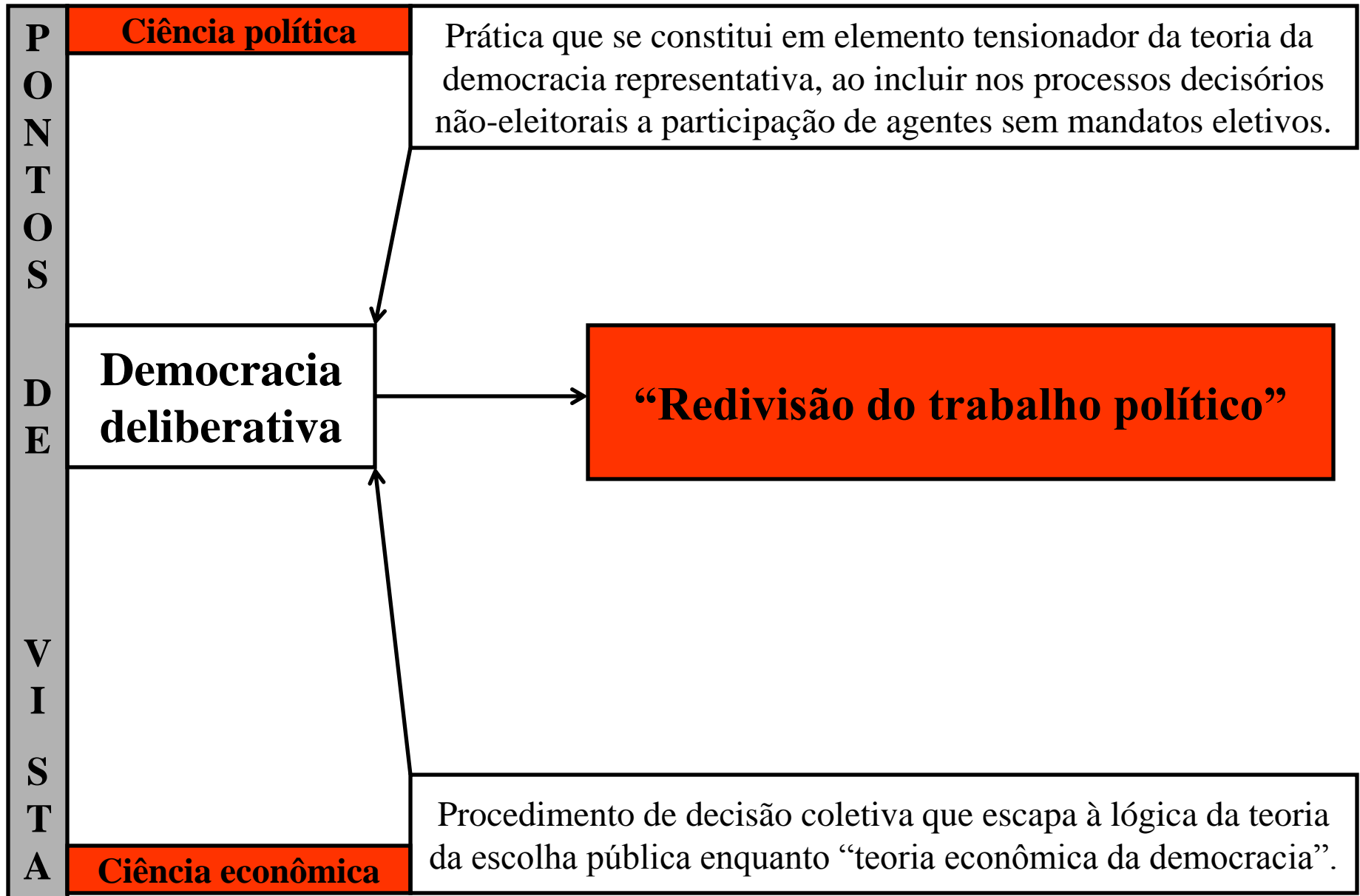
# Orçamento Participativo – Definições (1/3)

P O N T O S  D E  V I S T A	<b>História (retrospectiva)</b>	Experiência de gestão orçamentária tentada por alguns governos locais brasileiros no final dos anos 1970/80 e disseminada pelos governos locais petistas a partir dos anos 1980/90, consistindo na abertura de canais de diálogo com a população, no contexto da redemocratização do país.
	<b>Perspectivas brasileiras</b>	Metodologia de gestão orçamentária local (talvez possível em níveis de governo superiores), com elevado potencial para promover mudanças na administração pública brasileira, no sentido de melhorar sua performance e torná-la mais democrática (ver “Orçamento Participativo - Impactos”).
	<b>Perspectivas internacionais</b>	Modelo de relacionamento governo-sociedade, no processo orçamentário, com grandes possibilidades para contribuir para o fortalecimento da democracia e da consciência e protagonismo cidadãos ( <i>empowerment</i> ) e para acumular <i>capital social</i> , no interior das arenas da <i>esfera pública</i> , gerando transparência e responsividade na administração pública ( <i>accountability</i> ).

# Orçamento Participativo – Definições (2/3)

P O N T O S	<b>Técnicas orçamentárias</b>	Concentração de esforços para ampliar a efetividade dos gastos públicos, estabelecendo diálogo com os públicos diretamente interessados nos resultados das políticas públicas, tomando os indivíduos como cidadãos-eleitores (perspectiva progressista - política) ou como consumidores de bens públicos (perspectivas liberal - econômica).
	<b>Técnicas governativas</b>	Modo de governar que submete as decisões econômico-financeira e de políticas públicas ao crivo de critérios de democracia deliberativa, estabelecendo um tipo de governança e de governabilidade processualmente negociado. Corre sempre o risco de tornar-se mero instrumento de legitimação populista (oportunismo) ou “modismo”.
	<b>Concepção jurídica/legal</b>	Procedimentos conducentes à decisão coletiva a respeito do destino dos recursos públicos que franqueiam vez e voz aos cidadãos não-detentores de mandatos, para que seja possível um tipo de co-gestão dos assuntos econômico-financeiros. No Brasil, estão abrigados em diversos dispositivos da Constituição Federal de 1988, na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) e no Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), bem como em dispositivos legais dos governos subnacionais.
V I S T A		

# Orçamento Participativo – Definições (3/3)



# Orçamento Participativo – Impactos

“Gerencialismo”

(Reforma do Estado, Reinvenção do Governo, Nova Administração Pública)

**Para dentro**

Eficiência  
Eficácia  
Sustentab.

**Para fora**

Efetividade

Inversão de prioridades

**Nas relações**

Democratização  
Republicanismo

Desprivatização do Estado  
Governança pactuada

Planejamento: orçamento-programa, gestão de políticas públicas, responsabilidade fiscal

Controle: contab. ger., indicadores, sistemas

“Desautarquização”: governo matricial

Democracia participativa/*empowerment*/  
capital social/esfera pública/arenas

Cidadania ativa contra patrimonialismo, coronelismo,  
~~populismo, paternalismo, corporativismo~~

Novo municipalismo (não “prefeiturismo”) e  
rearranjo federativo

Novo modelo de desenvolvimento: foco no local,  
novo papel do governo, atenção à sustentabilidade

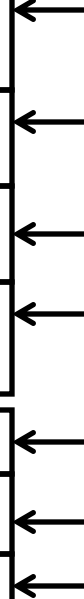
Transparência/*accountability*

Apetência para o diálogo/mútuo aprendizado

Parcerias

“Movimentalismo”

**OP**  
+  
outras formas  
de participação  
=  
instrumentos  
de mudança  
na administração  
pública (e na  
política)



# Orçamento Participativo stricto-sensu – Metodologia

